

DISCURSO DO PRESIDENTE DO GOVERNO
NA SESSÃO SOLENE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
DE TOMADA DE POSSE DO X GOVERNO

18 de Novembro de 2008

Senhor Representante da República

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da RAA

Senhor Ministro da Administração Interna

Autoridades Judiciais, Militares e Religiosas presentes

Senhor Presidente da Câmara Municipal da Horta

Senhores Deputados à Assembleia da República

Senhores Deputados no Parlamento Europeu

Senhoras e Senhores Deputados Regionais

Senhoras e Senhores Membros do Governo

Ilustres Convidados

Açorianas e Açorianos

Pela segunda vez na História da nossa Autonomia, o Governo dos Açores toma posse perante o Parlamento, na sequência dos decretos de nomeação assinados pelo Senhor Representante da República na Região Autónoma dos Açores.

Destaca-se, dessa forma, e muito bem, a natureza matricial da Assembleia na organização política do poder regional e a condição democrática primordial do regime autonómico.

Saúdo, por isso e desde logo, as senhoras e os senhores deputados, desejando-lhes o maior sucesso na sua missão representativa e no reforço do prestígio da função parlamentar, devendo, todos os partidos representados, contar com o Governo nos esforços de diálogo e concertação que beneficiem os Açores e os Açorianos.

Saúdo, igualmente, o Senhor Presidente da Assembleia, ontem eleito – o Dr. Francisco Coelho –, a quem dirijo as minhas felicitações pessoais e em nome do Governo, e quem asseguro a melhor colaboração institucional no respeito pelas competências e atribuições de cada um dos órgãos de governo próprio.

Por vontade do Povo Açoriano, esta Assembleia ganhou diversidade com a presença de um maior número de formações partidárias e, certamente, um acréscimo de dinamismo que será proveitoso no aprofundamento do debate político.

Não esqueçamos, todavia, que assim é, também, por aplicação da nova Lei Eleitoral – proposta pelo Partido Socialista e entretanto aprovada – sem a qual, com o mesmo número de votos, e nesta Legislatura, o PCP e o Bloco de Esquerda não teriam representação e os dois maiores partidos da oposição teriam menos deputados. O Parlamento reconstituído é, pois, o resultado não só do voto livre dos cidadãos como também de uma democracia aprofundada e

construída com maior apuro, inclusive nas suas formalidades, pela maioria reconfirmada nestas eleições.

Não só por isso, mas também porque assim foi e assim é, os Açores continuam a ser um espaço democrático vitalizado, que tem encontrado na participação organizada de associações e de pessoas na esfera pública uma expressão adicional de fruição. São centenas as organizações e milhares as açorianas e os açorianos que dão corpo, diariamente, a processos geradores de formação da vontade e de decisões políticas, de proximidade consultiva e de execução de funções e serviços públicos.

A democracia açoriana, apesar de perturbada pela elevada abstenção em eleições como a última ocorrida, encontra nessa pulsão participativa um valor inequívoco e acrescido no nosso sistema de governo, que lhe incute qualidade. Compete, todavia, a todos os partidos, começando pelos que mobilizam menos eleitores, contribuir com maior eficiência para a atractividade dos nossos processos eleitorais. O Governo deverá igualmente prosseguir um esforço muito sério no sentido do incentivo ao exercício dos deveres cívicos que estão em causa.

Os resultados das eleições regionais do passado dia 19 de Outubro, apesar da abstenção verificada, não deixaram margem para dúvidas. O Partido Socialista, que volta a formar governo, obteve uma expressiva vitória, deixando a vinte pontos percentuais o segundo partido mais votado e a quarenta o terceiro. Foi a reconfirmação de um ciclo político que, após doze anos, recebeu mais uma manifestação de apoio e de estímulo à sua continuidade, em que o partido liderante – o Partido Socialista – obteve a sua segunda maior votação de

sempre, vencendo em todas as ilhas dos Açores e em dezoito dos dezanove concelhos da Região.

Como decorre de uma mudança de Legislatura, estamos, pois, perante um novo governo, resultante da afirmação da vontade popular. Mas também, e em parte, estamos perante um governo novo, alterado na sua composição e rectificado na sua articulação competencial.

Permitam-me, em consequência, que agradeça aqui e referencie a colaboração leal e proficiente dos membros do governo cessante, mencionando, em especial, os casos dos agora senhores deputados Professor Doutor Duarte Ponte e Dr. Domingos Cunha. Evoco, de forma solene e saudosa, a figura do grande servidor público e cidadão amante da sua terra, infelizmente prematuramente falecido, o Dr. Carlos Corvelo, ao qual devo – atrevo-me a dizer, devemos – um agradecimento profundo e uma homenagem muito sentida.

O X Governo Regional, na esteira da formação do grupo parlamentar que o apoia, apresenta-se renovado na titularidade da maior parte dos seus departamentos, com gente nova e com uma energia redobrada; partimos, para mais esta nova etapa deste ciclo político, com uma experiência consolidada, mas com o mesmo espírito criativo e empreendedor do primeiro dia.

Proseguimos com elevado sentido de responsabilidade, reconhecendo, com a mesma humildade, os sucessos e as dificuldades que marcam o nosso presente.

Empreendemos uma extraordinária mudança: os Açores que temos ganharam, ao longo da última década, mais liberdade, mais participação, mais energias,

mais oportunidades, mais protecção social, mais qualificação, mais inovação e modernidade, mais economia privada, mais empresas, mais emprego. Há mais Açores no País, mais Açores na Europa e no estrangeiro, mais conhecimento e respeito pelos Açores e pelos açorianos.

A economia da nossa Região continua a crescer mais do que a economia nacional e do que a média das da União Europeia. Os nossos concidadãos, residentes nas Américas e no continente português, orgulham-se do progresso do arquipélago das suas origens e surpreendem-se positivamente sempre que regressam às nossas ilhas. A taxa de desemprego nos Açores voltou hoje a diminuir e a ser a mais baixa entre todas as regiões do País, ao mesmo tempo que a nossa população activa cresce e o número de empregados atingiu, no final do último trimestre deste ano, a sua maior expressão. A paz social tem sido uma constante e um sinal da capacidade que temos revelado de governar com resultados e com sentido de justiça.

Mas se muito está bem, como é sério e justo reconhecer, não podemos nem devemos ignorar obstáculos que perduram, patamares que ainda não transpusemos e dificuldades que sobrevieram. As mudanças estruturais e de diferenciação na organização social que nos é envolvente suscitam novas preocupações e novas prioridades políticas. A crise financeira e económica internacional, que afecta mercados e sociedades a que estamos ligados, é, sem dúvida, um desafio para nós, que temos de ultrapassar e vencer, minorando os seus efeitos nos orçamentos das nossas famílias e na actividade e gestão das nossas empresas.

Com rapidez surpreendente, situações e fenómenos emergentes como o aumento da esperança de vida e da idade da reforma, o acesso das mulheres a certos segmentos do mercado de trabalho, a entrada mais tardia dos jovens nesse mercado, a precariedade na tipificação tendencial das relações laborais, o papel revalorizado dos emigrados regressados e dos imigrantes quer na economia quer nas definições sociais e culturais, a fragilização das funções e do núcleo familiar, os novos paradigmas introduzidos pela sociedade da informação e pelos sistemas tecnológicos, os efeitos das alterações climáticas e ambientais, a escassez de certos recursos naturais e piscícolas, as questões de segurança nos contextos da globalização e da nova criminalidade, a alteração de sistemas éticos e de valores que padronizavam a organização e a estabilidade das comunidades, entre outros, mudam ou recentram as atenções e as prioridades da decisão política.

Assumimos, por isso, necessariamente, na continuidade do nosso projecto governativo açoriano, uma nova visão e uma nova ambição na abordagem dessas novas realidades, e disso falámos aos açorianos ao longo da última campanha eleitoral. O simples passar do tempo deve convocar-nos para a antevisão e para a antecipação, recomendando flexibilidade, inventiva e juízo crítico. É assim que desejo que o X Governo actue, mudando sempre o que é preciso e o que é bom mudar. Ver aumentar um problema e limitarmo-nos a fazer o mesmo, não é aceitável; ver crescer um sucesso consolidado e continuar a despender recursos que se tornaram de aplicação desnecessária, não é racional. A mudança não é uma expiação, pelo que o Governo nunca deve hesitar em mudar e inovar tantas vezes quantas forem precisas.

Temos sido, queremos e vamos continuar a ser, desse modo, um governo promotor da mudança. Por essa razão, os que, como o ainda maior partido oposição, vaticinavam estarmos perante o fim de um ciclo político, e que o repetem agora, falharam no seu augúrio no passado e voltarão certamente a falhar no futuro. Aliás, nada nos mostram de futuro e pouco mais fazem do que reaperresentar o seu próprio passado.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

O segundo semestre de 2008 tem sido marcado por uma inversão nas tendências de evolução da economia mundial, vivendo-se hoje, em todo o mundo, num clima de incerteza e preocupação provocado pela desadequação do liberalismo financeiro enquanto alavanca de crescimento da economia mundial.

Com origem nos Estados Unidos, a instabilidade nos mercados financeiros alastrou-se rapidamente à Europa, resultando numa imprevisível e vertiginosa desvalorização dos activos das instituições financeiras e na correspondente redução da capacidade dos bancos financiarem a actividade económica.

A redução drástica da liquidez nos mercados internacionais fez rever em baixa as previsões de crescimento económico mundial, passando-se, nos últimos quatro meses, de uma situação de crescimento económico seguro para perspectivas de estagnação e até mesmo de recessão nas principais economias mundiais, muito influenciada pela diminuição dos fluxos financeiros que sustentavam o incremento da produção.

É esta a realidade com que nos confrontamos à escala mundial. Ignorar ou iludir os seus efeitos na nossa Região seria, obviamente, uma irresponsabilidade, mas é ainda mais irresponsável e seguramente mais nefasto para a nossa economia incorporar artificialmente essa crise, convocando-a até à exaustão, como o fazem alguns, sem antes compreender as suas causas e as suas eventuais consequências locais.

Em Novembro de 2007, aquando do encerramento do debate do Orçamento da Região para este ano, assumi como prioridade do Governo dos Açores minimizar os impactos que a subida significativa e conjugada das taxas de juro, do preço dos combustíveis e do preço das matérias primas, especialmente dos bens alimentares, estavam a ter no rendimento das famílias e na rentabilidade das empresas açorianas.

Nessa altura, todas as previsões e todos os indicadores apontavam para o agravamento progressivo dessa situação durante o ano de 2008. Afinal, a própria crise financeira e económica mundial alterou essa tendência, que até muito recentemente penalizava o rendimento das famílias e das empresas açorianas.

Se até 7 de Outubro passado as taxas de juros de referência aumentavam constantemente, por via da opção do Banco Central Europeu de dar prioridade ao controle da inflação, a crise internacional obrigou o BCE a rever a sua política e a baixar rápida e progressivamente as taxas de juros, com efeitos imediatos nos indexantes, pelo que se espera que a curto prazo resultem efeitos

muito positivos na recuperação do rendimento disponível das famílias e uma redução nos encargos financeiros das empresas.

Se até 14 de Julho o preço do petróleo também aumentava diariamente, prevendo-se, na altura, que no final deste ano atingisse os 200 dólares por barril, a crise económica internacional reduziu substancialmente a procura e o custo deste produto, estando hoje o petróleo a ser transaccionado a menos de 60 dólares, o que permitiu, a partir de Setembro, uma redução sustentada do preço dos combustíveis nos Açores.

Igualmente o preço das matérias-primas, especialmente dos produtos alimentares, por via da conjuntura recessiva, inverteu a sua trajectória ascendente, com benefícios para algumas actividades económicas e para os consumidores açorianos.

Se há apenas um ano, num cenário internacional de expansão económica, tinha grandes preocupações – que manifestei neste parlamento, com o impacto negativo continuado que os aumentos sucessivos das taxas de juro, dos combustíveis, das matérias primas e dos bens alimentares teriam nas famílias e empresas açorianas –, hoje, as expectativas e a confiança na continuação de uma diminuição sustentada desses preços fazem-me acreditar que se abrem novas perspectivas para que, em 2009, se inicie a recuperação dos níveis de rendimento das famílias e empresas que foram prejudicadas pelos efeitos da conjuntura internacional.

Não devemos, pois, nem desprezar nem sobrevalorizar o impacto regional de crises internacionais com as características da actual, e devemos também identificar as oportunidades e os benefícios que advêm da sua evolução.

Rejeito a ignorância intencional ou tendencial das dificuldades com a mesma razão com que rejeito a propaganda desenfreada da crise, que levou, por exemplo, a nossa televisão regional, na primeira parte de um dos seus serviços noticiosos, a mencionar, através de vários intervenientes, a palavra “crise” trinta e duas vezes em pouco mais de trinta minutos.

Ainda esta semana, na sequência do compromisso que assumi com os empresários no decurso da campanha eleitoral, terei um encontro com os presidentes das câmaras de comércio e indústria com vista a equacionar eventuais medidas de relançamento do consumo e da economia e de recuperação do crédito e da capitalização das empresas. O Governo e o Partido Socialista estão empenhados com esses propósitos. É nessa consciência, em ambiente construtivo e de trabalho, e com esse estado de espírito, que devemos, com confiança, criatividade e espírito empreendedor, encarar o futuro próximo. Nós acreditamos nos Açores.

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa

Ilustres Convidados

Senhoras e Senhores Deputados

O X Governo Regional incorpora várias alterações na sua organização estrutural que tiveram em conta a sinalização e a asseveração de outras prioridades.

É assim, por exemplo, que a habitação surge predominantemente associada às políticas de promoção social, onde se valoriza a promoção da igualdade de oportunidades e a defesa do trabalho, dos trabalhadores, das famílias, da concorrência económica, das empresas e dos consumidores, sob uma coordenação superior comum.

É nesse contexto de apostas que entendi reforçar a concentração da atenção governativa nos sectores da educação e da saúde, destacando neste último o tratamento mais especializado da prevenção e combate às dependências e do desenvolvimento dos cuidados continuados.

É com a mesma intenção de destaque que se alia a questão energética à política ambiental, ou que se concentra toda a intervenção reportada ao sector das comunicações na mesma secretaria regional, voltando a enfatizar o desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

É no reconhecimento da necessidade de acelerar as acções conducentes à coesão territorial que assumimos a coordenação dos respectivos investimentos a um nível superior de transversalidade na vice-presidência, ou do tratamento das problemáticas juvenis ao nível da presidência, ou que, ao invés, redireccionamos a promoção do investimento externo para sectores específicos, como o turismo ou os transportes, noutra âmbito departamental.

É respondendo com uma ênfase acrescida às envolventes externas, nas vertentes dos assuntos europeus e da cooperação em geral, que aumentámos as instâncias ao nível governamental para creditar ainda melhor a nossa representação e a defesa dos nossos interesses nesses âmbitos.

É com o intuito de reconfirmação da actividade agrícola e florestal como elemento da competitividade e identidade da economia insular e do nosso mundo rural que o mantivemos na sua configuração orgânica anterior.

Pretendo, assim, que o Governo actue da forma mais eficiente e concatenada, afirmando prioridades e ficando mais perto dos anseios e da solução dos problemas dos Açorianos e dos desafios que se colocam aos Açores.

Contamos com todos, incluindo com outros níveis da administração que concorrem para o desenvolvimento regional – evidentemente, com as instâncias inspectivas e os tribunais, na sua acção pedagógica e de aplicação obrigatória, mas, de forma muito complementar e exigente, com a acção e a cooperação dos órgãos das autarquias locais e de soberania.

Reforçaremos a cooperação técnica e financeira com as autarquias nos seus novos mandatos, apoiando-as no quadro de delimitação de competências estabelecido e da Lei de Finanças Locais, com total transparência e observância da neutralidade partidária. Continuaremos a trabalhar em conjunto com o Governo da República, prosseguindo uma boa relação – que propiciou nesta última legislatura ganhos como o da aprovação da revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas e do novo Quadro europeu de Referencia Estratégica para os Açores – mas mantendo um grau de exigência que aproxime mais a

administração central do cumprimento pleno das suas obrigações nesta parte do território nacional.

Os Açores têm reclamado a clareza e os conteúdos que entende adequados às capacidades necessárias para o exercício das suas prerrogativas de autogoverno no contexto nacional e à escala regional da União Europeia. A revisão do Estatuto Político-Administrativo da nossa Região, em fase final de apreciação na Assembleia da República, é um contributo muito importante nesse sentido, ficando reservada a esta Assembleia Legislativa a exigente missão de aproveitar, com qualidade e com oportunidade, os novos instrumentos que ficarão ao nosso dispor numa linha de concretização da Revisão Constitucional de 2004.

É verdade que, infelizmente, vivemos num País que, a espaços, nem sempre se respeita ou que se engana a si mesmo quando ignora, instrumentaliza para outros fins ou desconfia das partes que o compõem. Isso mesmo já se passou em várias circunstâncias, como no caso das revisões estatutárias e desta última em particular. Estamos, porém, confiantes no nosso futuro, o qual, como o nosso passado, deve ser forjado na iniciativa açoriana apoiada na solidariedade nacional.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Açorianas e Açorianos

Queremos continuar a merecer a confiança dos Açorianos e a honrar os Açores.

Quero que o Governo e que o partido que o apoia continuem atentos à voz do povo, pondo imediatamente termo, com firmeza, a quaisquer assomos de arrogância se e quando ocorrerem; quero que continuemos a preservar a governação açoriana da corrupção e do abuso de poder, mantendo a nossa conduta cívica exemplar e permanecendo vigilantes; quero que o Governo prossiga isento de comportamentos ilícitos, nunca beneficiando interesses particulares estranhos à boa administração; quero que cada um de nós, o Governo e os que nos ajudam, se distingam como decisores pelo bem comum, como construtores do interesse público e como trabalhadores diligentes da grande casa açoriana.

Quero que se faça luz na esperança e na nossa vida colectiva.

Quero que se diga, com razões acrescidas, “Que bom é ser Açoriano!”

Viva os Açores!

O Presidente do Governo

Carlos César